

A QUESTÃO DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: REVENDO RAZÕES*

Américo Venâncio Lopes Machado Filho
Universidade Federal da Bahia

Introdução

Há muito que, na História, se têm identificado e registrado características que, crescentemente, distanciam o português brasileiro (PB) do português europeu (PE), quer no âmbito fônico ou lexical, quer, sobretudo, na morfossintaxe, a ponto de, hoje, por vezes, promover entre seus falantes – quando em contato direto –, a sensação de se tratar de duas línguas distintas e não mais de uma entidade lingüística comum.

Essas diferenças manifestam-se, mais evidentemente, nas disputas fundiárias a que parecem estar sempre sujeitos os povos e, conseqüentemente, as línguas históricas. De um lado amparadas pelo mito do erro ou da corrupção lingüística, de origem eminentemente filogênica – que se estabelece no confronto com a alteridade. De outro, pelo também assombroso argumento da densidade demográfica dos utentes e da dimensão geográfica de domínio, de natureza naturalmente retaliativa à posição anterior.

Sem se querer aqui avançar a outras considerações a respeito desse interminável embate de posse e poder (o que, todavia, se almeja fazer em outra oportunidade), o certo é que grandes diferenças existem entre o que se convencionou reconhecer como as duas maiores e mais visíveis variedades da língua, a europeia e a brasileira.

O elenco dos fatos lingüísticos dissonantes entre elas é ingente e tem sido resenhado por diversos estudiosos da língua, a exemplo de Houaiss (1985), Mateus (2002), Bagno (2002), Mattos e Silva (2004a; 2004b), para apenas citar alguns dos mais recentes, que em perspectivas diferentes argumentam em prol ou não da unidade do português, cada vez mais relativa.

Entrementes, Paul Teyssier (1997: 97), no seu livro introdutório sobre a *História da língua portuguesa*, faz uma indagação que levanta um problema crucial que se relaciona

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Publicado em Revista *Bilblos*, volume V, 2ª série, Coimbra, 2007.

com o trabalho da Lingüística Histórica e dos resultados empíricos que essa ciência pretende alcançar no conhecimento da formação do, por alguns chamado, mundo da lusofonia: “Como explicar as particularidades do português do Brasil?”. Particularidades que se, de certa forma, se relacionam com um caráter alegadamente conservador em alguns aspectos, ao fim e ao cabo, superam-no em volume e qualidade e surpreendem pelos fatos inovadores que se lhe contrapõem, nomeadamente em função da simetria gramatical que parece o português brasileiro (PB) partilhar, em alguns pontos, com crioulos de base portuguesa.

É nesse sentido que respostas a essa problemática têm, na contemporaneidade, sido formuladas à sombra de diferentes motivações interpretativas, que se têm debatido, com vistas a procurar promover uma explicação científica para o formato lingüístico que veio a língua portuguesa a assumir na América meridional.

Essas posições serão aqui revistas, sem prejuízo de levantamento de novas avaliações para a questão.

Brevíssimo olhar sobre o cenário sócio-histórico por que penetrou o português

Encontra-se patente na *Carta de Caminha* a seguinte narrativa:

(...) heram aly xbiij ou xx homeês pardos
todos nuus sem nhuia cousa que lhes cobrisse suas
vergonhas. traziam arcos nas mãos esuas see
tas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolaao co
elho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os
poseram. aly nom pode deles auer fala nẽ entẽ
dimento que aproueitasse polo mar quebrar na
costa. (...).

(Fragmento extraído do fólho 1 verso da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, na lição de Jaime Cortesão, 1967).

Fala que se entendesse certamente não houve, não talvez pela vaga do mar, senão pela distância lingüística que se interpunha àqueles homens. Embora integrassem a frota de Cabral os chamados “línguas”, como eram conhecidos os intérpretes da época, seriam os índios, mesmo para aqueles, “jente que njmguem emtende”, como bem registrou Caminha.

(*Carta de Caminha*, fólho 6r). Não seria em vão que antes de partir para Calecute, deixaria, então, Cabral alguns degradados com a função de “aprenderem bem asua fala eos em / tenderem” (*Carta de Caminha*, fólho 11r).

O fragmento da *Carta de Caminha* mais acima reproduzido esboça o que teria sido o cenário muito inicial de reconfiguração e acomodação lingüística que teria de vir progressivamente a operar-se naquele novo mundo.

Se atualmente persistem por volta de 180 línguas autóctones, seria “provável que na época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil (...) o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje”, como afirma Rodrigues (1994: 19).

Não obstante, dos dois troncos lingüísticos indígenas brasileiros hoje reconhecidos pela maior parte dos estudiosos,¹ *i. e.*, o Tupi e o Macro-Jê, era àquele que pertenciam majoritariamente os índios do contato nos primeiros séculos da colonização no litoral, o que serviu para difundir a idéia, entre alguns autores, mas não sem controvérsia,² obviamente, de que, até à intervenção político-lingüística do Marquês de Pombal, nos meados do século XVIII, ter-se-ia falado uma língua geral de base mormente tupinambá – língua da família lingüística tupi-guarani – por toda extensão costeira do Brasil, em cuja dimensão o português teria sido, ao início, mero coadjuvante lingüístico.

Convém lembrar que em 1595, um pouco mais de meio século após a publicação da primeira avaliação metalingüística da língua portuguesa, ou seja, da *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, já se fazia publicar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do Padre Anchieta, “pera melhor instruição dos Cathecumenos, & augmento da noua Christãdade daquellas partes”, como justifica Augustinho Ribeyro na licença à publicação dessa obra (cf. Anchieta, [1595] 1981).

Não obstante todo esse esforço retórico desde então empreendido, eram os índios exterminados, isto é, passando de 50% da população integrada, nos finais do século XVI, para ínfimos 2% ao se encerrar o século XIX (cf. Mussa, 1991: 163). Para melhor se poder avaliar a dimensão dessa tragédia, no século XX, autodeclaravam-se indígenas 734.127 indivíduos, conforme análise da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (cf. IBGE, 2006). Confrontando-se esse dado

¹ Note-se que alguns autores, a exemplo de Melatti (1986), consideram o Aruák como tronco lingüístico.

² A esse respeito, veja-se o que propõe Rodrigues (1994: 99-109), por exemplo.

ao total da população brasileira, composta de 169.600.000 habitantes, representam os índios aproximadamente 0,43%, pois.

Em substituição aos índios, vão, como se sabe, cada vez mais, endossar o cenário sócio-histórico, em velada mas crescente influência, os negros africanos, vergonhosamente escravizados, à moda social da bruteza humana de então.

Levados inicialmente aos milhares e depois aos milhões para o Brasil desde os primeiros anos da colonização iniciada por Dom João III, eram os escravos, ao longo de todo tráfico, pertencentes a apenas dois troncos lingüísticos, cuja importância na composição sócio-histórica é bastante desigual.

Do tronco Afro-Asiático, foram traficados – não apenas antes do século XIX – os negros islamizados do ramo Chádico, de língua hauçá, em número bastante reduzido, para assumir tarefas relacionadas a serviços urbanos, sobretudo na região do Nordeste, especialmente na Bahia.

É, entretanto, ao tronco Congo-Cordofaniano a que pertence a maioria dos escravos, que integravam dois principais ramos de uma única família lingüística que dele chegou ao Brasil, ou seja, a Níger-Congo.

Do ramo Kwa, principalmente as línguas ewe, fon, mahi (jeje), mina, ijó e iorubá (nagô); do ramo Bênué-Congo, negros do grupo Bantuídeo, sobretudo do subgrupo Banto: falantes de quicongo, umbundo e mais hegemonicamente do quimbundo. Esses africanos foram, como mercadoria de primeira necessidade, distribuídos por todo o Brasil durante o largo período de escravatura (cf. Pessoa de Castro, 2001).

A idéia, muito difundida, da seleção negativa dos negros que foram traficados para a América tem, pois, sob essa distribuição glosso-genética de ser relativizada, no sentido de que suas bases gramaticais teriam sido talvez menos distantes umas das outras, no que concerne a uma análise lingüística, conquanto, para os negros, a mistura etnolingüística promovida devesse ter sido bastante penosa.

Nesse cenário, não se pode deixar de registrar, como tácito, a constante chegada de novas levas de portugueses e seu processo de miscigenação ou mestiçagem, assim como a forte presença de outros europeus nos finais do século XIX e durante a primeira metade do século XX, na condição de imigrantes. O espectro deste último fator, porém, deve ser

considerado setorizadamente, em função da forma como se deu sua difusão na grande dimensão territorial do Brasil.

Para se ter uma visão global da evolução étnica da população brasileira do século XIX ao século XX, observem-se o *Quadro 1* e o *Gráfico 1* que lhe corresponde, abaixo:

Cor	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991
Total	9 930 478	14 333 915	41 236 315	51 944 397	70 191 370	119 011 052	146 521 661
Branco	3 787 289	6 302 198	26 171 778	32 027 661	42 838 639	64 540 467	75 704 927
Pretos	1 954 452	2 097 426	6 035 869	5 692 657	6 116 848	7 046 906	7 335 136
Pardos	4 188 737	5 934 291	8 744 365	13 786 742	20 706 431	46 233 531	62 316 064
Amarelos	242 320	329 082	482 848	672 251	630 656
Sem declaração	41 983	108 255	46 604	517 897	534 878

Quadro 1: Evolução da população brasileira segundo a cor – 1872/1991 (Fonte: REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p: 94)

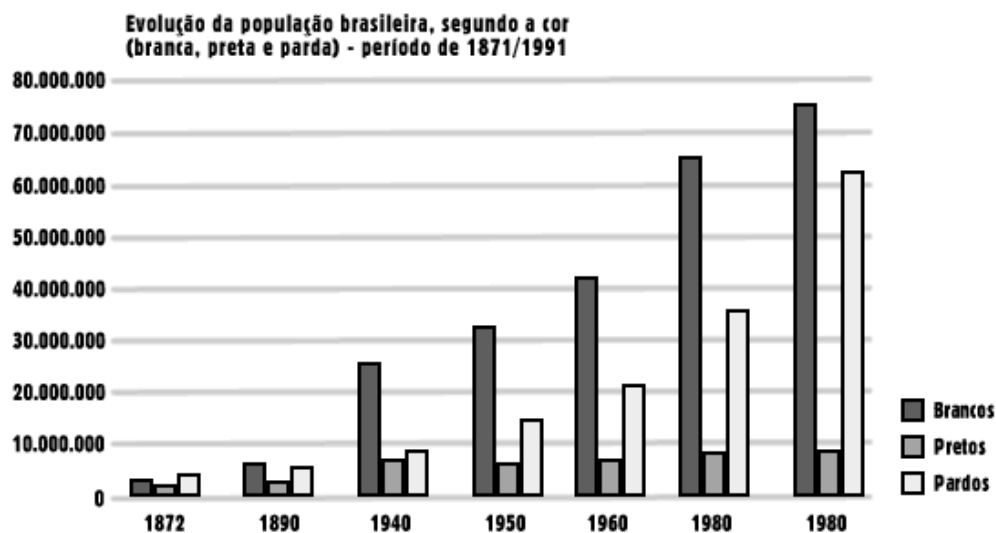


Gráfico 1: Evolução da população brasileira segundo a cor – 1872/1991 (Fonte: REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p: 94)

Uma primeira avaliação global parece indicar que aqueles, que pregaram e, através da imigração, quiseram promover o embraqueamento do Brasil, tiveram sucesso na sua empreitada, ao menos quantitativamente. Todavia, se se observar a distribuição étnica no espaço territorial do país, tem-se uma outra leitura. Veja-se a *Figura 1*, a seguir:

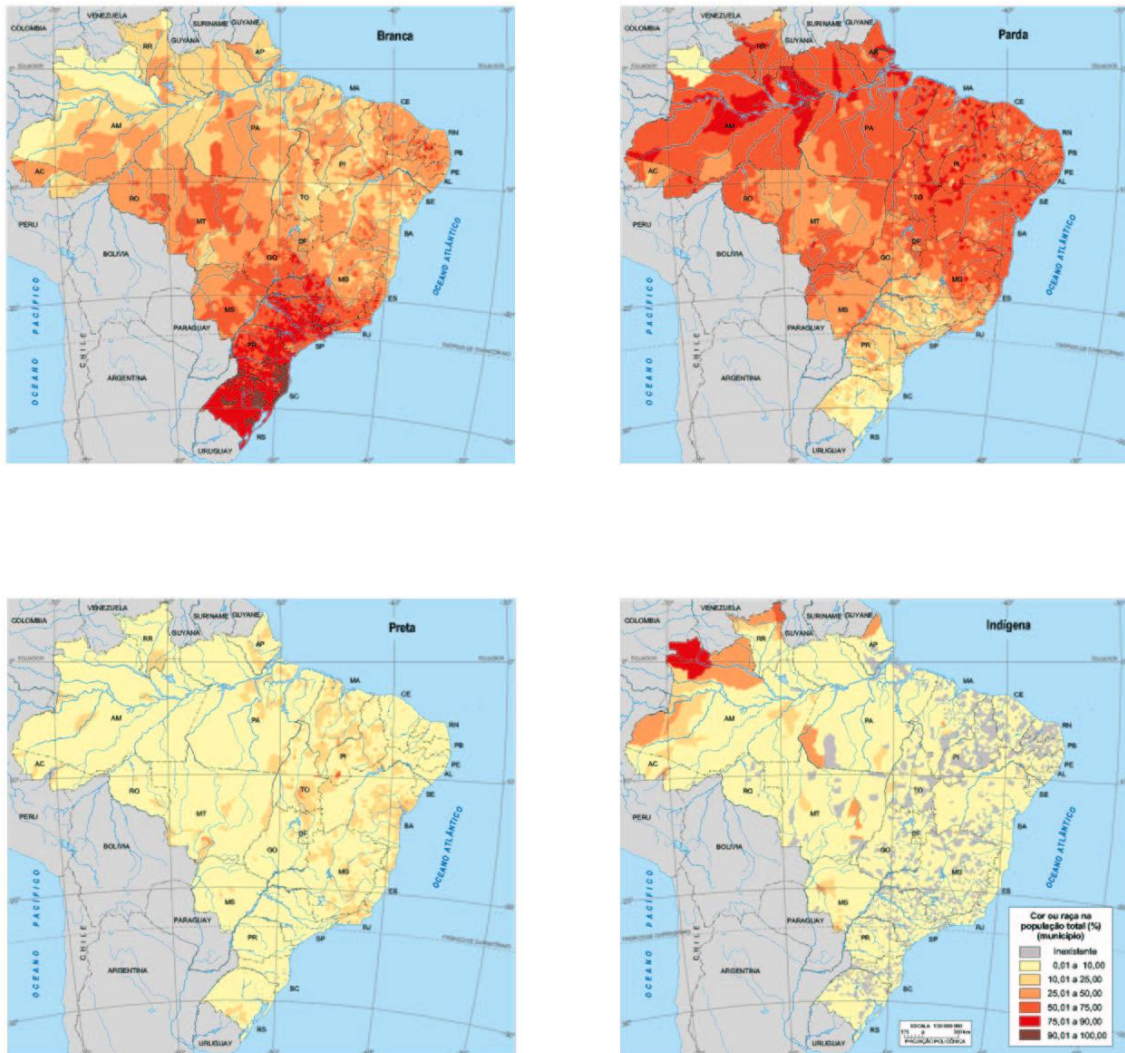


Figura 1: Etnias em distribuição geográfica no Brasil (Fonte: IBGE)

Os quatro mapas representam, da esquerda para a direita, de cima para baixo e em sentido horário, as etnias branca, parda, indígena e preta e sua distribuição no vasto solo brasileiro. À exceção do tom cinza, que indica inexistência da etnia na região demarcada, quanto mais encorpada a cor, mais densidade demográfica deve ser considerada.

Nessas bases, conjugando-se à análise o *Gráfico 1*, anteriormente observado, vislumbra-se um País mais branco, com uma população parda cada vez mais expressiva, mas em distribuição hegemonicamente invertida, ou melhor dizendo, um país ao avesso:

muito mais branco ao sul e muito mais pardo ou mestiço ao norte. Os índios remanescentes, como se sabe, refugiaram-se entre o Cerrado e a Região Amazônica.

A par desses dados relativos à situação social a partir dos primeiros séculos de formação da identidade lingüística brasileira, muito rapidamente neste trabalho recompostos, deve-se adjudicar, inexoravelmente, o papel do fator escolarização.

Mattos e Silva é um dos autores que têm defendido que não se pode pensar e melhor compreender os estádios de constituição histórica aos quais o português brasileiro se sujeitou ao longo de sua formação no Brasil, se esse fator não for considerado, juntamente com dados da demografia histórica e do rastreio de sua mobilidade.

Seria já a altura de se indagar como poderia a língua portuguesa ter-se mantido incólume – se é que isso pode ser possível mesmo em circunstâncias mais regulares –, face ao quadro multilingüístico e pluriétnico que caracterizou toda sua trajetória no solo brasileiro.

Serafim da Silva Neto ([1950] 1975: 118; 1960: 21), muito condicionado às idéias de seu tempo e à sua visão de mundo, de que se tornou lídimo defensor, foi um dos que creu numa “vitoria” da língua portuguesa ou a “progressiva mancha de azeite” sobrepondo-se à demais realidades lingüísticas”, face ao que chamou de “linguagem adulterada dos negros e índios”, que, segundo suas próprias palavras,

não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela.

A história da escolarização no Brasil, contudo, tem relatado o contrário. Ribeiro (1999) indica que no final do século XIX, seria de 85% o contingente de analfabetos no Brasil.

Se esse quadro melhorou muito, como dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) buscam apontar, é, todavia, bastante desolador, ainda hoje.

Veja-se o *Gráfico 2*, a seguir.

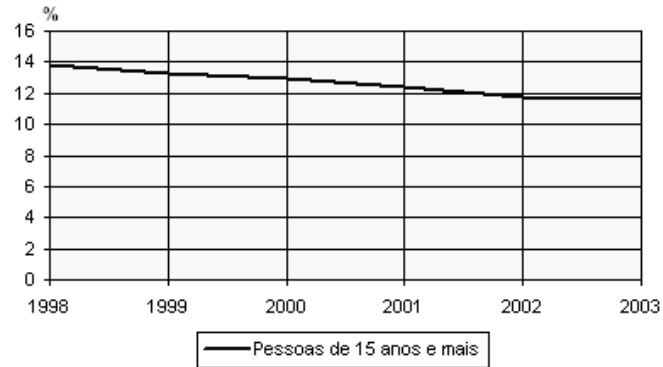


Gráfico 2: Taxas de analfabetismo no Brasil (Fonte: IBGE)

Embora possa, *a priori*, causar algum alento, sobretudo pela descensão da curva de analfabetismo, o *Gráfico 2*, acima, não expressa a realidade do País, como um todo. Ele apenas representa a camada da população sem qualquer instrução formal, sem considerar o analfabetismo funcional, isto é, aqueles que embora tenham freqüentado uma instituição de ensino, por três, quatro ou cinco anos, mal conseguem assinar o próprio nome. Isso em razão de as escolas públicas nunca terem desempenhado propriamente o seu papel, sobretudo durante e mesmo ainda após o período da Ditadura Militar, revelando um processo de falência a seus propósitos educacionais.

Se se observar o *Gráfico 3*, na seqüência, pode-se ter uma visão menos distorcida da questão.

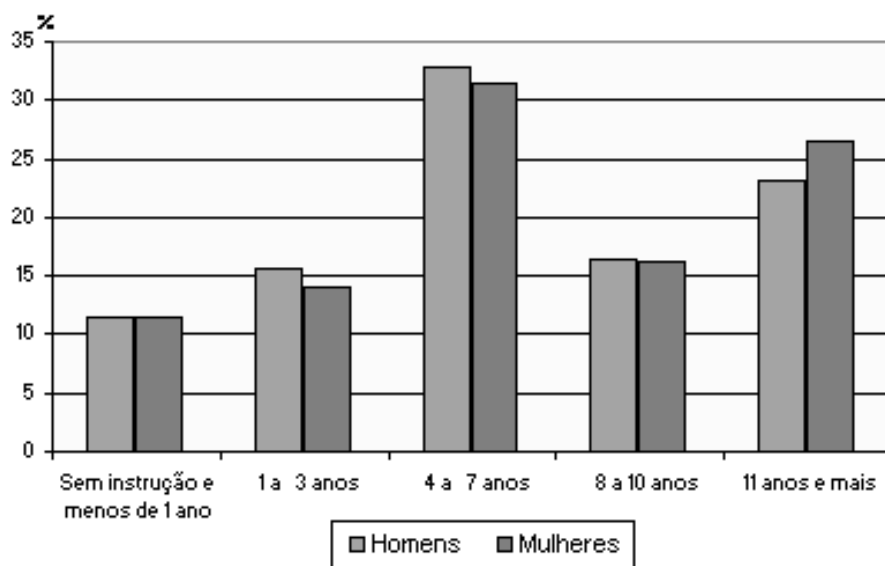


Gráfico 3: Taxas de escolarização no Brasil por anos de freqüência e sexo (Fonte: IBGE)

Observando-se a *Figura 2*, a seguir, tem-se uma dimensão mais real do problema da escolarização no Brasil, sobretudo no que se refere à questão da estandardização lingüística e aos acessos à informação diferenciada pela população.

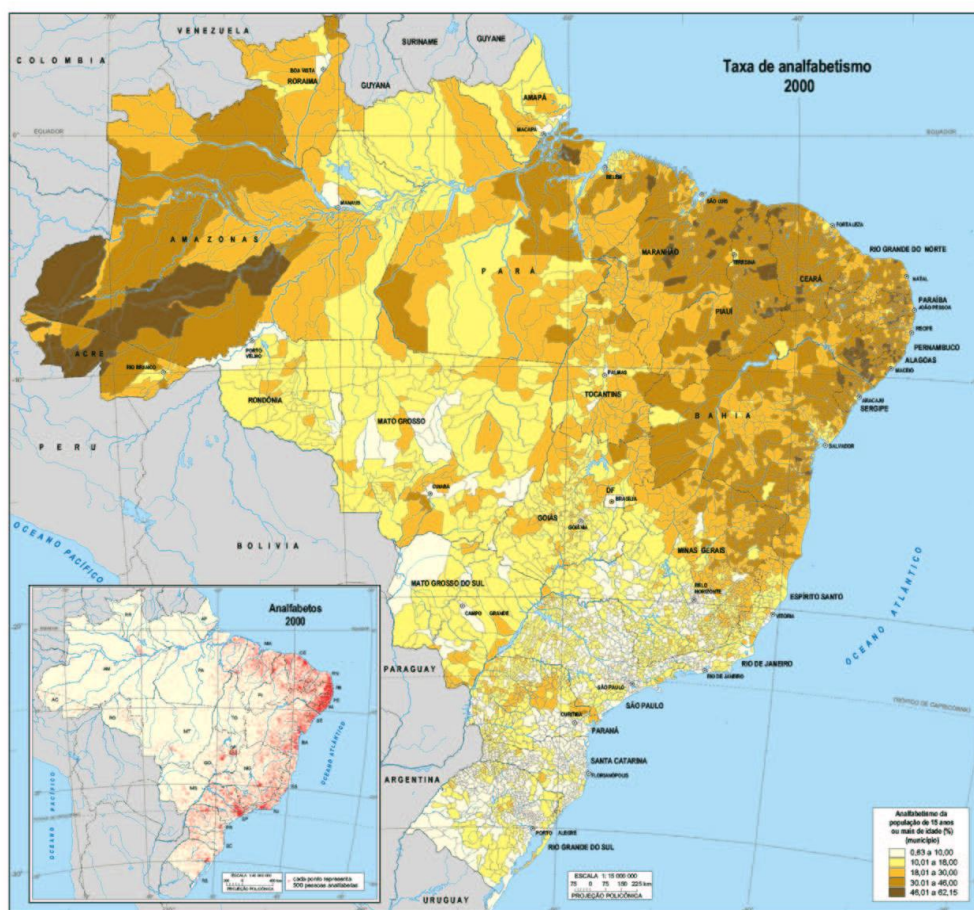


Figura 2: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (Fonte: IBGE).

Os níveis de analfabetismo parecem, pois, reproduzir o anverso e o reverso que se estabelecem entre as populações branca e parda, antes vistos nos mapas de distribuição étnica no espaço territorial do País, na *Figura 1*.

Curioso, entretanto, é perceber que, mesmo com esse quadro, independentemente do nível de escolarização, alguns dos fenômenos, comumente apontados como dissonantes, entre o português europeu e o brasileiro, são, de forma geral em situações distensas, utilizados por ambas as camadas da população brasileira, a exemplo dos pronomes pessoais ou oblíquos tônicos em função acusativa – em decorrência do desaparecimento de alguns clíticos –, das estratégias de construção de relativas, do apagamento do objeto direto, enrijecimento da ordem sujeito/verbo, mesmo nas interrogativas, entre outros.

Convém, todavia, registrar que, como bem afirma Mattos e Silva (2004b: 131), “o português no Brasil sempre foi, muito provavelmente, mais de um”, isto é, perpassa por sua história uma situação de diglossia, cuja gênese tem diferentes razões. Revisitar as hipóteses explicativas para a formação do português popular brasileiro é o que se pretende a seguir.

As diferentes razões

No incessante e obliterado trabalho de reconstrução que tem a Lingüística Histórica empreendido no Brasil, três posicionamentos têm sido mais correntes na disputa pela pretensiosa tarefa do desvendamento do passado da língua portuguesa: em linhas gerais, de um lado situam-se os que defendem ter o português popular brasileiro sofrido um processo de crioulização, com posterior descrioulização em direção ao português europeu; de outro, os que crêem que as modificações pelas quais passou a língua no Brasil são decorrentes preponderantemente de uma deriva secular, já prevista no sistema, a que se justapõe uma “confluência de motivos”; por fim, os que defendem que o português é fruto de um processo de transmissão lingüística irregular, que, diferentemente da crioulização não chegou a produzir um crioulo, mas uma variedade da língua.

A primeira hipótese apresentada tem origem remota, ainda nas idéias de Adolfo Coelho no século XIX, que se baseava sobretudo na falta de concordância no sintagma nominal – fenômeno dos mais visíveis e estigmatizados na língua, mesmo internamente no Brasil – mas que encontrou expoente defesa, no século XX, na figura de Gregory Guy

(1981), que, mesmo depois de ter seus argumentos duramente rebatidos por Fernando Tarallo (1993), ainda hoje, coleciona, nas diversas viagens que regularmente faz ao Brasil, dados do léxico, da fonética e da sintaxe, com que reiteradamente consubstancia seu posicionamento, nos debates em congressos nacionais e internacionais.

É entretantes apoiado por John Holm (1992), que vê o português popular brasileiro como um semi-crioulo, ao ponto de, em defesa a sua posição, substituir a tradicional pergunta: “Was portuguese creolized in Brazil?”,³ pela proposta por Guy, em seu trabalho: “How could it be possible to avoid creolization?”⁴ (1981: 309).

Holm (*op. cit.*) considera que as diferenças internas do próprio português brasileiro – que subdivide em Português Popular Brasileiro⁵ (PPB) e Português Brasileiro *Standard*⁶ (PBS) – são estruturalmente muito maiores do que entre o *Standard English*⁷ (SE) e *The Black English Variety*⁸ (BEV) norte-americanos.

Nega o autor a existência de uma língua geral de base indígena no Brasil nos primeiros séculos, que teria, a seu ver, na verdade, sido um português de alguma maneira criouloizado, e ajuiza a proposição de que essa criouloização não teria tido origem real no Brasil, mas, sim, em São Tomé, de onde teria sido importado o crioulo que viria a ser veiculado no País durante todo o Ciclo da Cana-de-Açúcar.

Segundo Holm, traços fonológicos, sintáticos e lexicais – como seria de se esperar – ligam o crioulo de São Tomé ao PPB:

a) na fonologia, a estrutura silábica CV, que proporcionou a síncope ou apócope em elementos como *negro* > *nego*, *voando* > *voano*, *dizer* > *dizê* e do -s final em diversos vocábulos; o processo de palatalização diante da vogal alta anterior [i], que, segundo o autor, é tão regular nesse crioulo como no PPB; a alternância entre a lateral alveolar [l] e vibrante alveolar simples [r] no PPB, que, embora reconheça sua possibilidade na história do português, atribui sua ocorrência àquele crioulo, em que esses elementos seriam alofônicos.

³ Trad.: “Crioulizou-se o português no Brasil?”.

⁴ Trad.: “Como teria sido possível evitar a criouloização?”.

⁵ Original: “Popular Brazilian Portuguese”.

⁶ Original: “Standard Brazilian Portuguese”.

⁷ Trad.: “Inglês-padrão”

⁸ Trad.: “Variedade do inglês de preto”

b) na morfologia e sintaxe, aponta destacadamente a falta de movimento nas interrogativas, de que encontra paralelo na línguas crioulas; as construções de estruturas relativas, cortadoras ou com cópia, em orações como *O sorvete que eu gosto* ou *A menina que eu briguei com ela*; a dupla negação, antes e depois do sintagma verbal, a exemplo de *Ele não sabe não*; a redução drástica das formas e tempos verbais; modificação da preposição *em* nas formas *ni*, por analogia com a preposição homófona *ni* do iorubá, todos próprios, segundo o autor, do crioulo de São Tomé.

Alan Baxter (1995) e Dante Lucchesi (2003) discordam, entretanto, de que possa ter ocorrido um processo de criouliização generalizado do português brasileiro. Se isso se deu, segundo eles, foi de forma setORIZADA, em ambientes geograficamente delimitados, em que a densidade demográfica e as condições de acesso à língua-alvo o tivessem justificado – como têm perseguido demonstrar em suas pesquisas junto a comunidades rurais isoladas, a exemplo de Helvécia, no sul do estado da Bahia.

Postula Lucchesi (2003: 272) que “estruturas do português popular brasileiro, que resultam de processos de mudanças induzidos pelo contato entre línguas”, não fazem “dessa variedade lingüística uma língua crioula, ou mesmo uma variedade independente de sua língua alvo, o português *standard*”. Para o autor (2003: 273), a explicação para sua conformação encontra-se na base de uma dialética entre o que denomina de “expansão funcional e expansão gramatical”, pelas quais sócio-historicamente passou o processo de aquisição da língua portuguesa no Brasil, num dado momento, no sentido de uma transmissão lingüística irregular (TLI).

Em linhas gerais, entretanto, assim como a criouliização,

a transmissão lingüística irregular constitui um contínuo de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda, adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos (Lucchesi, 2003: 274).

Diferencia-se esta daquela em função da constância ou alternância da configuração sócio-demográfica e dos níveis de acesso à língua-alvo, que podem diferentemente permitir o surgimento de uma nova língua natural, no que tange a uma nova estrutura gramatical, constituindo um crioulo – em que se possa falar de superestrato e substrato –, ou no surgimento de uma nova variedade de uma mesma língua, simplesmente alterada, em

função das condições temporárias de menos ou mais robustez dos dados durante a aquisição disponíveis.

A questão parece ser todavia bastante delicada e bem mais complexa de se analisar. Seria como definir o real estatuto do Vinho do Porto: uma variedade de vinho português, como o de suas regiões demarcadas, Dão, Bairrada, Douro, Verde, Alentejo, ou uma nova bebida à base de vinho, cuja identidade se estabelece pelo “contato” com a bagaceira no momento da fermentação?

Aliás, até que ponto o conceito de língua é eminentemente lingüístico? Qual a dimensão, qual a medida, qual o volume de dados que se fazem necessários para distinguir uma língua, uma variedade, um dialeto, senão a partir de avaliações sociopolíticas?

Lucchesi (2003: 278), todavia, elenca em defesa de seus propósitos um quadro em que hierarquiza a intensidade do contato lingüístico, com vistas à definição do cenário próprio da transmissão lingüística irregular e, com base nele, faz com que se explicitem cinco características correlacionáveis ao português brasileiro, que abaixo não se evita de reproduzir analiticamente.

A primeira delas se relaciona com a “eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo”, a que associa o fenômeno da eliminação das marcas de 2ª pessoa da flexão verbal, generalizadamente no Brasil, e a ausência, no PPB, de uso de estruturas do subjuntivo. Depois, a questão da concordância no SN e entre o SN e o SV, que se origina no processo de “manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo”. A terceira delas tem a ver com a “alteração nas freqüências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos”, exemplificados pela perda de movimento verbal em interrogativas e pelo preenchimento lexical mais constante do sujeito, principalmente. A quarta se relaciona com a “recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala, que tenta associar a uma provável conservação ou recuperação da morfologia nominal do gênero. A última delas é a “manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária, com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero”, ou seja, casos como os relacionados com o regime verbal, sobretudo de verbos bitransitivos como “dar”, em que o dativo pode ser introduzido por

preposição, sem a atribuição morfológica de caso, como sói acontecer no PE, ou imediatamente após o predicado sem necessidade de uso de preposição, como ocorre no inglês.

Para Anthony Naro e Marta Scherre (2003: 290), no entanto, o formato da língua portuguesa no Brasil “pode ser comparado com o estágio atestado nos documentos existentes na época anterior à colonização”, e não terá sido fruto de um processo de transmissão lingüística irregular nem de crioulização, isto é, não apresenta “características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas”, nem tampouco por sua nativização “entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes” (*id.*: 295). O português brasileiro é, para eles, o resultado do “espraiamento de estruturas e variações” (*id.*: 296) existentes na história da língua, cuja freqüência se alterou em função de uma confluência de motivos.

Baseiam-se, para conformação de sua idéia, notadamente na questão da concordância de número, quer entre o sintagma nominal (SN) e o verbal (SV), quer internamente no SN, e no fenômeno de preenchimento lexical de pronomes na função de sujeito, que têm sido o centro da discussão na maioria dos trabalhos que operam sobre o tema.

Quanto à última, esclarecem que, embora alguns autores procurem relacionar o fenômeno a uma compensação promovida pelo enfraquecimento do paradigma morfológico verbal, no português brasileiro o sujeito explícito é, na verdade, “bem menos usado quando falta a marca no verbo”, de que apresentam dados quantificados originais e de outros pesquisadores brasileiros. Ademais, afirmam não ser essa uma característica própria aos crioulos nem aos pidgins.

Em relação à concordância variável, que seria, consoante ao trabalho observado, a única “candidata a ter tido origem no processo de *transmissão lingüística irregular*”, afirmam não ser esse “um fenômeno exclusivamente brasileiro” (2003: 293), já que “a concordância entre sujeito e verbo na terceira pessoa do plural já era variável nos textos pré-clássicos, anteriores à presença da língua portuguesa no Brasil” (*id.*: 292). Mais ainda, de acordo com o resultados de pesquisas realizadas em Portugal, concluíram que na

língua padrão moderna (...), exatamente como na do Brasil, os mecanismos de concordância verbal exibem áreas bem amplas de variação mesmo no português europeu contemporâneo escrito padrão:

apenas os casos de sujeito com um só núcleo localizado perto do verbo e sem adjunto plural são os de registro verdadeiramente categórico no uso real de Portugal (2003: 293).

Em suma, para Naro e Scherre, a língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular, em continuidade a uma deriva pré-românica, que foi impulsionada pelas condições encontradas no território brasileiro (cf. Naro & Scherre, 1993). Se de fato houve uma língua crioula no passado, cedo desapareceu do contexto sociolingüístico.

Perseguindo paralelos

Não obstante as hipóteses acima rapidamente observadas, Mattos e Silva, em comunicação proferida no Congresso *Brasil: raízes e trajetórias*, que teve lugar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992, denuncia que

ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, lingüísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e lingüísticos que interagiram na constituição do português [brasileiro] (1993: 77).

Se o estado da questão se alterou de alguma forma, desde então, sobretudo dos meados dos anos 1990 para cá em relação ao levantamento e conhecimento de dados demográficos e fatores sócio-históricos, com o largo trabalho de prospecção e de edição de documentos, já iniciado pela Lingüística nacional, o mesmo não se tem observado no que concerne ao confronto interlingüístico do português brasileiro com as línguas com as quais esteve em contato durante boa parte de sua trajetória histórica, a não ser, como se viu, tangencialmente a partir de crioulos de base lexical portuguesa.

Ademais, difundiu-se a idéia de que as influências lingüísticas de línguas africanas e indígenas resumiram-se ao âmbito do léxico ou pontualmente a alguns aspectos fônicos, sobretudo para explicar o quadro alegadamente conservador das vogais no Brasil.

Mas se se atentar para o que muito antes foi dito em relação às línguas africanas em relação à sua participação na composição multilingüística do período colonial brasileiro, um dado precisa ser adequadamente investigado: o papel que as estruturas gramaticais de

línguas da África, *i. e.*, morfologia e sintaxe, desempenharam na formatação do português brasileiro, pelo contato massivo estabelecido, nomeadamente da língua quimbundo, afinal, dos 159 itens de etimologia africana identificados no *Aurélio* (Ferreira, 1986), segundo Peter (2002), 148 relacionam-se com essa língua, contra apenas 11 vocábulos do iorubá, o que, de alguma forma, revela seu peso relativo face às outras línguas da família Níger-Congo.

Observe-se que Alberto Mussa (1991: 145) demonstra que as línguas do subgrupo Banto sempre foram maioria no Brasil, representando 35%, 65%, 64% e 50%, na composição de todas as línguas africanas nesse território, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, respectivamente.

Amélia Mingas (2000), da Universidade Agostinho Neto, em Angola, parece – pelo que se tem notícia – ter realizado o primeiro trabalho de investigação que objetivou relacionar interlingüísticamente o português ao quimbundo.

Intitulado *Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda*, observa desde aspectos fônicos a realizações morfossintáticas. Embora, segundo a autora, tenham sido estas menos afetadas pelo contato do aquelas, constituíram-se, sob sua ótica, na parte mais complexa do trabalho.

Para Mingas (2000: 67), “é fácil constatar a ausência de acordo de número entre os actualizadores (os artigos definidos) e os nomes”, como em *Os péø me dói* ou *Vigia as criançaø*, em função de para os falantes do quimbundo o morfema *-s* de número do português, acrescentado ao determinante, ser “suficiente para indicar a pluralização do nome” (*id.*: *ib.*), atitude justificada em decorrência de se tratar de uma língua prefixal. Ademais, a falta de concordância de número entre o SN e SV, parece ser uma interferência do sistema flexional dos verbos no quimbundo, que exhibe apenas uma forma para todas as pessoas do discurso.

Em relação ao gênero, como inexistente diferença entre feminino e masculino, pessoas bilingües não-escolarizadas comumente realizam construções com possessivos sem a correspondente concordância, a exemplo de *Meu mãe, minha pai, meu terra* etc.

No tocante ao posicionamento clítico, “por interferência do mesmo tipo de construção no kimbundo, [em] que o pronome não é nunca enclítico como em português, mas proclítico” (p. 72), notam-se os seguintes exemplos, aqui reproduzidos:

- a) sô Paulo, **lhe** atropelaram na venida Brasil
em vez de:
sr. Paulo, atropelaram-**no** na Avenida Brasil
- b) posso gritar, **lhe** prendem
em vez de:
posso gritar, e prendem-**no** (p. 72)

Observe-se que não apenas ocorre preferencialmente a próclise em contextos em que o português europeu demandaria ênclise, mas o uso indistinto de formas pronominais dativas em construções acusativas, cujos mesmos exemplos acima servem para comprovar.

Outro aspecto relevante tem a ver com o emprego das formas *tu* e *você* e dos pronomes correlacionáveis no padrão lusitano. Para a autora, como não existe em quimbundo “o tratamento cerimonioso para a terceira pessoa do singular, representado em português por /você/” (p. 74), o falante, segunda ela, “confunde-as” no uso:

- c) Kaxena deve chamar **você** com o **teu** homem
em vez de:
Kaxena deve chamar-**te** e ao **teu** homem (p. 74).⁹

Quanto ao emprego de preposições, como existem no quimbundo três formas locativas, *ku* (direcional, lugar distinto e distante; interioridade), *mu* (interioridade) e *bu* (superposição, à superfície de), “que podem igualmente, prefixadas a bases pronominais e/ou nominais, formar sintagmas nominais com valor espacial” (p. 75), os falantes bilingües de português e quimbundo não parecem diferenciar as funções espaciais de *para*, *em*, *a*, utilizando-as em variação, como nos exemplos:

- d) Vão depressa **na** casa do camarada Nazário
em vez de:
Ide depressa **à** casa...

⁹ Destaque nosso. A identificação dos exemplos não obedece ao que se encontra patente no trabalho da autora.

- e) Ainda antes de irem **na** cama
em vez de:
Antes de irem **para a** cama

Os fatos acima apontados por Mingas, para o português falado em Luanda, encontram, indubitavelmente, paralelo no português brasileiro. Se a autora tem razão em considerar os fenômenos analisados como realmente decorrentes do contato entre o quimbundo e o português, no sentido de uma interferência interlingüística, como explicar, então, as mesmas realizações na fala dos brasileiros?

Voltando-se a bússola para o lado oriental da África, dispõe-se do trabalho de Pilar Vázquez Cuesta (1994), que objetivou investigar o uso da língua portuguesa em Moçambique. Indica a autora, logo à partida, que

apenas 13% de moçambicanos falam o português, quer como primeira língua – 1,2% –, quer em alternância com alguma ou algumas das línguas autóctones do país – 11,8% –, enquanto 87% são monolíngues, ou políglotas em línguas e dialectos africanos (p. 634).

Note-se que desses falantes de línguas africanas, 99% pertencem, consoante os dados da pesquisa, ao subgrupo Banto, dado que estaria na base para as coincidências entre as variedades do português de Moçambique com o de Angola.

Observando a obra de Mia Couto, um dos mais reconhecidos escritores moçambicanos de língua portuguesa, Cuesta (*op. cit.*) enumera diversas características a que chama de desvios, em muitos casos coincidentes com “os incorporados já à sua escrita por autores brasileiros e/ou angolanos” (p. 638). Abaixo, resenham-se alguns dos mais relevantes fenômenos apontados:

1) Hesitação nas formas de tratamento de 2ª pessoa com a 3ª pessoa verbal, isto é, a variação entre *tu* e *você*, na intimidade, conquanto *você* esteja largamente difundido para tratamento igualitário entre pessoas desconhecidas;

2) colocação livre dos clíticos, quer em próclise em orações principais, quer em ênclise em subordinadas e negativas, como em *O Continente se oceanifica* ou em *É por isso que atacam-nos* (p. 639);¹⁰

3) alteração, segundo a autora, no regime de verbos transitivos, utilizados como intransitivos, como nos exemplos *Entraram, sentaram, afinaram a vista* ou *Eu hei-de passar a visitar*, que parecem mais se relacionar com a questão da categoria vazia para objetos diretos, do que propriamente com a questão da regência, como no item 4 abaixo;

4) “ausência do pronome pessoal complemento directo ou a sua substituição pelo indirecto, como no Brasil ou Angola” (p. 639): *E o carro deixaste lá fora* ou *Dizem que incertas vezes lhe viram passando montado num hipopótamo* ou ainda *Ela deixou lá o pilão, deixou-lhe no tal embaixo*.

5) Uso reduplicado de elementos de negação, como em *Nenhuma não houve* ou *Ninguém não perguntou coisa nenhuma*;

6) Uso de *dele/dela* por *seu/sua*: *Entalaste a mão dele?* / *Borboletou dois dedos à volta do botão da blusa dela*;

7) “certa anarquia [sic] no uso ou omissão das preposições” (p.641): *Uma maozinha gorda lhe agarrou na gravata / e ouvi-los responder no outro lado da linha*;

8) alteração da ordem frasal: *E por que esta toda introdução, meu amigo?/ Mas nenhum até agora foi capaz de ferir o rio e deixar cicatriz nele escrita*.

Entre outras oito observações de natureza morfossintática, além, é claro, de uma extensa lista de “moçambicanismos léxicos” e de itens derivados e compostos (p. 641).

Conquanto se esteja aqui a avaliar o texto escrito de um informante provavelmente imprestável para análises lingüísticas, senão literárias, é curioso observar como alguns dos casos arrolados encontram eco em obras de escritores brasileiros e angolanos e não menos na fala popular no Brasil.

E novamente se levanta a questão: até que ponto línguas do subgrupo Banto propiciaram o formato que essas variedades não-européias têm assumido no hemisfério sul do planeta?

¹⁰ Grifo nosso.

Por novas pautas de razões

Antes de procurar defender uma das hipóteses apontadas, foi intuito deste trabalho colecionar e difundir um pouco mais as idéias que têm sido veiculadas no meio acadêmico acerca da formação do português brasileiro, cuja identidade e distanciamento em relação ao português europeu se discute há muito na história.

Pretendeu reacender a questão no sentido de se procurarem, para além dos dados sócio-históricos e demográficos – inalienáveis, é certo, para o entendimento da mudança lingüística –, avaliações centradas na observação das línguas com que o português esteve em contato, sobretudo das africanas.

Embora os estudos da Crioulística tenham rendido bons frutos no entendimento dos rebentos lingüísticos no Novo Mundo, talvez se tenha superdimensionado a ocorrência de crioulos em todo o hemisfério sul, a ponto de não se enxergar senão possibilidades de pidgins e crioulos em todo e qualquer contato que as línguas de expansão puderam ter havido.

Estudos comparativos, mais profundos e detalhados entre as línguas do Banto e o português, possam quiçá dar novos direcionamentos para as pesquisas nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de ([1595]1981) *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similada. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. 3^a ed. São Paulo: Parábola, 2002.

BAXTER, Alan. (1995). Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 14: 79-90.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália, 1967.

CUESTA, Pilar V. (1994). Observações sobre o português de Mocambique. In: LORENZO, Ramón (org.). *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*. VI, sección VII. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- GUY, Gregory. (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. Philadelphia: PhD Dissertation.
- HOLM, John. (1992). Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: ANDRADE, E.; KIHM, A. (orgs.). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 37-66.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- IBGE (2006). Brasil em síntese. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 03 mar 2006.
- LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de ‘transmissão lingüística irregular’ e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara. *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. pp. 272-284.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2002). *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004a). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004b). *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola.
- MINGAS, Amélia. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Porto: Campos da Letras.
- MUSSA, Alberto. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado).
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. (2003) O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturadas do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara. *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 285-298.
- NUNES, José; PETER, Margarida (orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 123-145.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. (2001). *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- PETER, Margarida. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In:
- REIS, João José. (2000). Presença negra: conflitos e encontros. In: *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- RIBEIRO, Ilza (1999). *A origem do português culto: a escolarização*. inédito.
- RODRIGUES, Aryon (1994). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- SILVA NETO, Serafim da. ([1950] 1975). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença.

SILVA NETO, Serafim da. (1960). *A língua portuguesa no Brasil: problemas*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

TEYSSIER, Paul. (1997). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.